

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

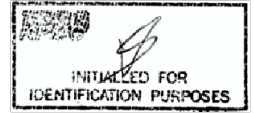
Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52



Dados da Empresa / Composição do Capital

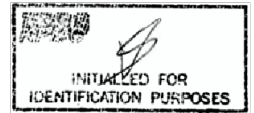
Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	312.610
Preferenciais	0
Total	312.610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

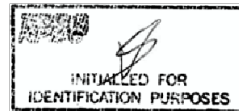
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	312.973	302.085
1.01	Ativo Circulante	8.116	7.867
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.231	1.082
1.01.01.01	Bancos	38	245
1.01.01.02	Aplicação financeira de liquidez imediata	1.193	837
1.01.03	Contas a Receber	173	173
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	173	173
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.133	2.253
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.133	2.253
1.01.06.01.01	IRRF	2.133	2.253
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.579	4.359
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.579	4.359
1.01.08.01.01	Outros Créditos	4.579	4.359
1.02	Ativo Não Circulante	304.857	294.218
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.637	3.768
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.637	3.768
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.637	3.768
1.02.02	Investimentos	301.563	289.709
1.02.02.01	Participações Societárias	301.563	289.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	301.563	289.709
1.02.03	Imobilizado	313	342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	313	342
1.02.04	Intangível	344	399
1.02.04.01	Intangíveis	344	399



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	312.973	302.085
2.01	Passivo Circulante	6.452	6.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.707	2.922
2.01.01.01	Obrigações Sociais	401	317
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.306	2.605
2.01.02	Fornecedores	104	175
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104	175
2.01.03	Obrigações Fiscais	75	68
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75	68
2.01.03.01.02	Impostos Retidos de Terceiros	7	5
2.01.03.01.03	Impostos a Recolher	68	63
2.01.05	Outras Obrigações	3.517	3.313
2.01.05.02	Outros	3.517	3.313
2.01.06	Provisões	49	73
2.01.06.02	Outras Provisões	49	73
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	49	73
2.03	Patrimônio Líquido	306.521	295.534
2.03.01	Capital Social Realizado	265.296	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	31.060	32.191
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.637	3.768
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.851	10.851
2.03.02.08	Reserva de Custo com Captação de Recursos	-2.354	-2.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.165	-1.953



DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	12.105	3.201
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-801	-357
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35	35
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.871	3.523
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.105	3.201
3.06	Resultado Financeiro	13	-46
3.06.01	Receitas Financeiras	35	129
3.06.02	Despesas Financeiras	-22	-175
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.118	3.155
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.118	3.155
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.118	3.155
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04766	0,01511
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04618	0,01465

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

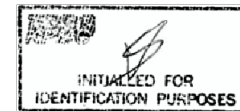
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	12.118	3.155
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.118	3.155



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

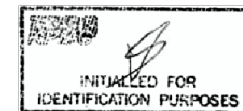
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	199	-459
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-602	-216
6.01.01.01	Resultado antes dos impostos	12.118	3.155
6.01.01.02	Despesas com depreciação e amortização	151	152
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-12.871	-3.523
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	801	-243
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	120	149
6.01.02.05	Outros créditos	-220	310
6.01.02.06	Fornecedores	-71	-107
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-28	-595
6.01.02.09	Dividendos recebidos	1.000	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-50	-867
6.02.04	Aumento de capital social em controladas	-50	0
6.02.06	Earn out Gargau	0	-867
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	149	-1.326
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.082	2.312
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.231	986



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

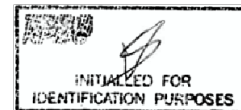
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.131	0	0	0	-1.131
5.04.09	Reserva Especial de Ágio	0	-1.131	0	0	0	-1.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.118	0	12.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.118	0	12.118
5.07	Saldos Finais	265.296	31.060	0	10.165	0	306.521



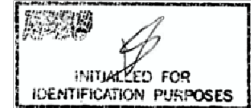
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

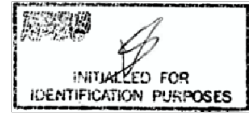
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.711	0	-11.684	0	290.323
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.711	0	-11.684	0	290.323
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.131	0	0	0	-1.131
5.04.09	Reserva Especial de Ágio	0	-1.131	0	0	0	-1.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.155	0	3.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.155	0	3.155
5.07	Saldos Finais	265.296	35.580	0	-8.529	0	292.347

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	39	0
7.01.02	Outras Receitas	39	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-385	-281
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-385	-281
7.03	Valor Adicionado Bruto	-346	-281
7.04	Retenções	-151	-153
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-151	-153
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-497	-434
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.907	3.691
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.872	3.523
7.06.02	Receitas Financeiras	35	129
7.06.03	Outros	0	39
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.410	3.257
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.410	3.257
7.08.01	Pessoal	-265	-474
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	509	401
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48	175
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.118	3.155

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

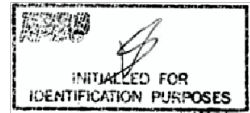
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	781.977	773.607
1.01	Ativo Circulante	119.285	101.973
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.556	38.188
1.01.01.01	Bancos	8.669	7.412
1.01.01.02	Aplicações financeiras de liquidez imediata	38.887	30.776
1.01.03	Contas a Receber	50.015	48.828
1.01.03.01	Clientes	48.679	47.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.336	1.336
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.336	1.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.210	9.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.210	9.153
1.01.06.01.01	IR e CS a recuperar	265	233
1.01.06.01.02	PIS / COFINS	2.807	450
1.01.06.01.03	ICMS	2.411	2.568
1.01.06.01.04	IRRF	4.386	4.548
1.01.06.01.05	CSLL	1.341	1.354
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.504	5.804
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	10.504	5.804
1.01.08.01.01	Outros	10.504	5.804
1.02	Ativo Não Circulante	662.692	671.634
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.169	33.998
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	25.517	25.120
1.02.01.01.03	Caixa restrito	25.517	25.120
1.02.01.03	Contas a Receber	548	594
1.02.01.03.01	Clientes	548	594
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.637	3.768
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.637	3.768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.467	4.516
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	127	279
1.02.01.09.05	PIS / COFINS a recuperar	1.340	4.237
1.02.02	Investimentos	35.374	33.164
1.02.02.01	Participações Societárias	35.374	33.164
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	35.374	33.164
1.02.03	Imobilizado	577.797	584.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	577.797	584.777
1.02.04	Intangível	19.352	19.695
1.02.04.01	Intangíveis	19.352	19.695



DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	781.977	773.607
2.01	Passivo Circulante	100.177	101.426
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.534	4.232
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.419	3.352
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.115	880
2.01.02	Fornecedores	29.470	27.478
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.470	27.478
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.660	1.306
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.660	1.306
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.660	1.306
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	32.537	34.352
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	32.537	34.352
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	32.537	34.352
2.01.05	Outras Obrigações	8.623	8.889
2.01.05.02	Outros	8.623	8.889
2.01.06	Provisões	23.353	25.169
2.01.06.02	Outras Provisões	23.353	25.169
2.02	Passivo Não Circulante	298.288	302.434
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	277.068	281.955
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	277.068	281.955
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	277.068	281.955
2.02.03	Tributos Diferidos	9.083	8.542
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.083	8.542
2.02.04	Provisões	12.137	11.937
2.02.04.02	Outras Provisões	12.137	11.937
2.02.04.02.04	Fornecedores	12.137	11.937
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	383.512	369.747
2.03.01	Capital Social Realizado	265.296	265.296
2.03.02	Reservas de Capital	31.060	32.191
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	19.926	19.926
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.637	3.768
2.03.02.04	Opções Outorgadas	10.851	10.851
2.03.02.08	Reserva de Custo com Captação de Recursos	-2.354	-2.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.165	-1.953
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	76.991	74.213



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

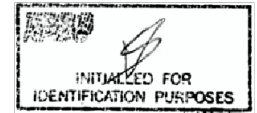
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	61.887	31.826
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.369	-15.505
3.03	Resultado Bruto	26.518	16.321
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-322	-764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.438	-2.320
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	57
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-121	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.237	1.499
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.196	15.557
3.06	Resultado Financeiro	-8.087	-8.998
3.06.01	Receitas Financeiras	1.652	1.548
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.739	-10.546
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.109	6.559
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.211	-1.834
3.08.01	Corrente	-3.211	-1.834
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.898	4.725
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.898	4.725
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.118	3.155
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.780	1.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,04766	0,01511
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04618	0,01465



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.898	4.725
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	14.898	4.725
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.118	3.155
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.780	1.570



DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.055	8.289
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.622	21.113
6.01.01.01	Resultado antes dos impostos	18.109	6.559
6.01.01.02	Despesa com depreciação e amortização	7.382	7.386
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-2.237	-1.499
6.01.01.07	Receita financeira de investimentos mantida até o vencimento	-550	-745
6.01.01.08	Encargos Financeiros	6.835	9.412
6.01.01.10	Atualização monetária de passivos	83	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.567	-12.824
6.01.02.02	Contas a receber	-1.141	1.608
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	872	478
6.01.02.05	Outros créditos	-4.548	-1.256
6.01.02.06	Fornecedores	2.192	-547
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-1.863	-3.867
6.01.02.09	Pagamento de juros	-5.729	-8.064
6.01.02.10	IR e CS Pagos	-2.350	-1.176
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	121	160
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-32	0
6.02.03	Aplicações financeiras	-2.341	-4.806
6.02.04	Resgates de aplicações financeiras	2.494	5.833
6.02.08	Earn out Gargau	0	-867
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.808	-7.704
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, financiamentos	-7.808	-7.704
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.368	745
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.188	27.430
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.556	28.175

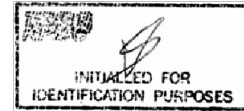
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534	74.213	369.747
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	32.191	0	-1.953	0	295.534	74.213	369.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.131	0	0	0	-1.131	0	-1.131
5.04.09	Reserva especial de ágio	0	-1.131	0	0	0	-1.131	0	-1.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.118	0	12.118	2.780	14.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.118	0	12.118	2.780	14.898
5.07	Saldos Finais	265.296	31.060	0	10.165	0	306.521	76.993	383.514



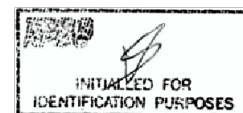
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	265.296	36.711	0	-11.684	0	290.323	78.359	368.682
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	265.296	36.711	0	-11.684	0	290.323	78.359	368.682
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.131	0	0	0	-1.131	0	-1.131
5.04.09	Reserva especial de ágio	0	-1.131	0	0	0	-1.131	0	-1.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.155	0	3.155	1.570	4.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.155	0	3.155	1.570	4.725
5.07	Saldos Finais	265.296	35.580	0	-8.529	0	292.347	79.929	372.276

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	66.884	31.826
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.760	31.826
7.01.02	Outras Receitas	124	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.211	-10.146
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-29.209	-9.080
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-845	-1.066
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-157	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.673	21.680
7.04	Retenções	-7.384	-7.385
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.384	-7.385
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	29.289	14.295
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.846	3.086
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.237	1.499
7.06.02	Receitas Financeiras	1.609	1.548
7.06.03	Outros	0	39
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.135	17.381
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.135	17.381
7.08.01	Pessoal	573	391
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.933	1.720
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.731	10.545
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.898	4.725

Relatório de Desempenho. Comentário do Desempenho



Relatorio de desempenho para exercícios findo em 31 de março de 2017.

I. Aos Acionistas

A administração da Omega Geração S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.149.503/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Comentário de Desempenho da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

II. Desempenho no período findo em 31 de março de 2017

Apesar do ambiente político e econômico ainda muito desfavorável, a Companhia apresentou sólidos resultados no primeiro trimestre de 2017, em função de seu modelo de negócio focado exclusivamente em ativos operacionais com contratos de longo prazo. Continuaremos nosso processo de crescimento sustentável mantendo a qualidade do nosso portfólio, figurando entre os melhores operadores de usinas elétricas do país em termos de custo total do MWh produzido, bem como mantendo *portfolio* de contratos de venda de energia diversificado e de longo prazo junto a clientes de alta qualidade creditícia. Com isso, poderemos pagar dividendos crescentes a nossos acionistas de forma sustentável e longa.

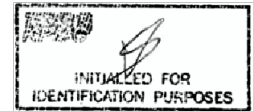
A receita líquida da Companhia passou de R\$ 31.826 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 para R\$ 61.887 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2017, representando um aumento de 94,5% ou R\$ 30.061 mil. Os Diretores da Companhia entendem que tal variação ocorreu, principalmente, em decorrência, do incremento de faturamento na comercializadora de R\$ 22.246 mil, devido ao maior volume de energia comercializado, que atingiu volume de 170.405 MWh, vs. 33.516 MWh em 1T16. Este incremento foi parcialmente compensado pela redução do preço médio, de R\$182,2/MWh em 1T16 para R\$166,4/MWh em 1T17. A opção das SPEs de Delta 1 por participar do MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) gerou um aumento no faturamento destas empresas em R\$ 1.745 mil no 1T17 em comparação com o 1T16, em função dos preços melhores no mercado.

Os custos de operação e conservação da Companhia passaram de R\$ 15.503 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 para R\$ 35.369 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2017, representando um aumento de 128,1% ou R\$ 19.866 mil. Os Diretores da Companhia entendem que tal variação ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento de compra de energia na comercializadora, que subiu para 100.078 MWh em 1T17 vs. 19.139 MWh em 1T16, resultando em custos de compra de energia de R\$ 24.024 mil no 1T17 vs. R\$ 4.549 mil em 1T16.

As despesas administrativas, pessoal e gerais da Companhia passaram de R\$ 2.320 mil, no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 para R\$ 2.438 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2017, representando um acréscimo de 5,1% ou R\$ 118 mil. Os Diretores da Companhia entendem que tal acréscimo ocorreu, principalmente, em decorrência do acréscimo de R\$ 134 mil em gastos com consultoria jurídica para due diligence para aquisição de novos projetos.

O resultado de equivalência patrimonial aumentou 49,2%, passando de R\$ 1.499 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 para R\$ 2.237 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2017 em decorrência de maior lucro líquido da PCH Pipoca, investida de Asteri, em função de maior receita no período pelos reajustes dos PPAs.

Comentário do Desempenho

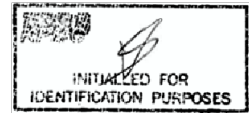


O lucro líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 3.157 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 para R\$ 12.120 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2017, uma variação positiva de R\$ 8.963 mil, como resultado dos eventos relatados anteriormente. Os Diretores da Companhia entendem que tal aumento ocorreu em decorrência do incremento de faturamento na comercializadora de R\$ 22.246 mil, devido ao maior volume de energia comercializado, que atingiu volume de 170.405 MWh, vs. 33.516 MWh em 1T16. Este incremento foi parcialmente compensado pela redução do preço médio, de R\$182,2/MWh em 1T16 para R\$166,4/MWh em 1T17. A opção das SPEs de Delta 1 por participar do MCS D (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit) gerou um aumento no faturamento destas empresas em R\$ 1.745 mil no 1T17 em comparação com o 1T16, em função dos preços melhores no mercado..

Nos termos da Instrução CVM n°. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como das informações trimestrais. Adicionalmente, para fins do disposto no artigo 2º da Instrução CVM n°. 381/2003, informamos que, atualmente, a Companhia não contrata a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa junto ao Auditor Independente ou por Partes Relacionadas com o Auditor Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), conforme requerido pela Instrução CVM n° 457 de 13 de julho de 2007.

Notas Explicativas



Omega Geração S.A.

Notas explicativas às informações contábeis trimestrais

(valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Geração S.A. (“Companhia” ou “Grupo” ou “Omega”) sediada em Belo Horizonte, foi constituída em 26 de setembro de 2007 na forma de sociedade limitada e, em 24 de janeiro de 2008, foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. A Companhia mantém na Comissão de Valores Imobiliários (“CVM”) o registro de emissor na categoria “A”.

As atividades do Grupo são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto têm como atividade preponderante a geração e venda de energia elétrica por meio de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) e Usinas Eólicas.

O portfólio da Companhia é atualmente composto por três PCHs, quais sejam Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca, quatro usinas eólicas, quais sejam Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba, além da Omega Comercializadora de Energia.

2 Entidades do Grupo

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

Notas Explicativas

<u>Participações diretas</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande Energia S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%
<u>Participações indiretas</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>
Hidrelétrica Pipoca S.A. (*)	51%	51%
Cargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto do Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%

(*) Controle compartilhado

Delta dos Ventos Energia S.A. (“Delta”)

A Delta dos Ventos S.A, sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011, tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, controlando integralmente as sociedades Porto do Parnaíba Energia S.A., Porto das Barcas Energia S.A. e Porto Salgado Energia S.A., as quais detêm o direito de exploração dos parques eólicos Delta do Parnaíba, Porto das Barcas e Porto Salgado, respectivamente.

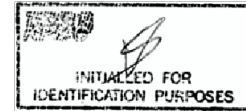
Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011, que detêm autorização para exploração de parques eólicos localizados no Estado do Piauí, com capacidade instalada total de 70 MW e com operações comerciais iniciadas em julho de 2014.

A Porto do Parnaíba S.A, por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A, por meio da portaria nº 203, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 10 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Notas Explicativas



A Porto das Barcas Energia S.A, por meio da portaria nº 200, de 5 de abril de 2012, recebeu a autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída por dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, localizada no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, com início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema. O prazo de autorização para exploração é de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

A Asteri Energia S.A., sociedade de capital fechado, foi constituída em 31 de agosto de 2011 e tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável. A Companhia detém o controle de Asteri por meio da totalidade das ações ordinárias de Asteri, o que compreende 50% da sua participação acionária total. A Asteri, por sua vez, detém 51% de participação na Hidrelétrica Pipoca S.A. e 100% de participação na Gargaú Energética S.A.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”)

A Hidrelétrica Pipoca S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004, cujo controle é compartilhado com a Cemig Geração e Transmissão S.A através da participação de 51% do capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A. Pipoca obteve, por meio da Resolução Autorizativa nº 474, de 6 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388, de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. Pipoca iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Gargaú Energética S.A. (“Gargaú”)

A Gargaú Energética S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 17 de outubro de 2007, cujo controle indireto é detido através da participação integral no seu capital social detido pela controlada Asteri Energia S.A.

A Gargaú obteve, por meio da Resolução Autorizativa 2.145, de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534, de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, localizada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo a energia contratada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

A Indaiá Grande Energia S.A. e a Indaiazinho Energia S.A. são sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por

Notas Explicativas



meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857, de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade total instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande de 20 MW e Indaiazinho de 12,5 MW. Suas primeiras turbinas entraram em operação em abril de 2012 e o prazo de autorização para exploração é de 30 anos que, conforme Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, poderão ser prorrogadas a título oneroso por 30 anos adicionais.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

3 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais -- ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 8 de maio de 2017.

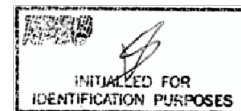
Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação

Notas Explicativas



suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações, aplicáveis às operações do Grupo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

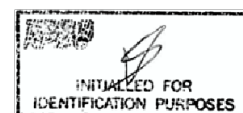
IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de novembro de 2016 através do Pronunciamento CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A avaliação preliminar da Administração não indicou impactos materiais na aplicação dessa norma.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Notas Explicativas



Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

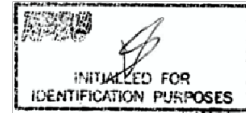
	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/03/16
Bancos	38	245	8.669	7.412
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.193	837	38.887	30.776
	<u>1.231</u>	<u>1.082</u>	<u>47.556</u>	<u>38.188</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxas entre 85% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de março de 2017 (entre 70% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

6 Clientes

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
CCEAR	1.277	1.499
Proinfa	7.699	6.175
Contratos bilaterais/Curto prazo	40.251	40.412
	<u>49.227</u>	<u>48.086</u>
Circulante	48.679	47.492
Não Circulante	548	594

Notas Explicativas



Não há saldos em atraso em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Não foi considerado necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

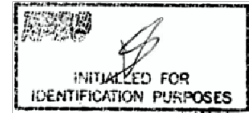
Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) e no Proinfa prevêem mecanismos de ajuste financeiro para geração de energia a maior ou a menor do que o volume contratado.

Como consequência da aplicação do mecanismo previsto para os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), firmados entre as controladas PPE, PBE e PSE com 23 distribuidoras de energia, cujos valores serão liquidados financeiramente a partir de 2018, em 31 de março de 2017, a controlada PPE mantém saldo a receber no ativo de R\$548 (R\$594 em 31 de dezembro de 2016), enquanto as controladas PBE e PSE mantém saldos passivos de R\$ 1.664 e R\$199, respectivamente (R\$1.623 e R\$169 em 31 de dezembro de 2016) respectivamente, conforme apresentado na nota nº 15.

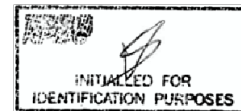
Para a controlada Gargau, que vendeu sua energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no ano de 2016 houve geração acima da energia contratada, resultando em um valor a receber em 12 parcelas ao longo do exercício de 2017 no montante de R\$2.612 em 31 de dezembro de 2016, já tendo recebido R\$747 até 31 de março de 2017. No período de três meses findo em 31 de março de 2017, houve excedente de R\$2.540, resultando em saldo a receber no ativo de R\$4.405 em 31 de março de 2017.

7 Partes relacionadas

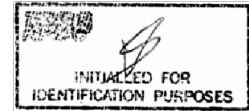
A Companhia está sob controle comum compartilhado indireto do BJJ Fundo de Investimentos em Participações e da WP Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações, geridos pela Tarpon Investimentos S.A. e pela Warburg Pincus LLC respectivamente.

Notas Explicativas**Transações com partes relacionadas**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Balanco patrimonial				
Ativo Circulante				
Cientes (a)				
Porto do Delta Energia S.A.	-	-	1.115	1.115
Testa Branca III Energia S.A	-	-	426	426
Outros créditos (b)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	75	115	88	127
Sigma Energia S.A.	116	-	121	-
Indaiazinho Energia S.A.	57	-	-	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	40	67	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	89	-	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	17	907	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	19	47	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	11	107	-	-
Gargaú Energética S.A.	145	-	-	-
Omega Desenvolvimento S.A.	804	662	827	669
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	1.809	1.673	3.858	1.704
Testa Branca I Energia S.A	37	-	42	-
Testa Branca III Energia S.A	37	-	42	-
Eolica Porto das Barcas S.A.	82	-	91	-
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	369	273	536	433
Omega Gestora de Recursos S.A	514	459	514	459
Porto do Delta Energia S.A.	(30)	-	(31)	-
Delta 4 Energia S.A.	40	-	42	-
Delta 3 I Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 II Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 III Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 V Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VIII Energia S.A	37	-	39	-
Dividendos a receber (c)				
Indaia Grande Energia S.A.	97	97	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	76	76	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	1.336	1.336
Debêntures (d)				
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	-	-	1.033	-
	<u>4.700</u>	<u>4.483</u>	<u>10.352</u>	<u>6.269</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Balanco patrimonial				
Passivo Circulante				
Fornecedores (a)				
Porto do Delta Energia S.A.	-	-	(1.842)	(299)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	(74)	(74)
Testa Branca I Energia S.A	-	-	(1.061)	(620)
Testa Branca III Energia S.A	-	-	(1.096)	(146)
Outras obrigações (b)				
Porto das Barcas Energia S.A.	(74)	(74)	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	(141)	(141)	-	-
Zeta Energia S.A.	(239)	(239)	(239)	(239)
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(146)	(145)	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	(94)	(94)	-	-
Omega Desenvolvimento S.A.	(146)	(101)	(188)	(130)
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	(351)	(290)	(513)	(397)
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	(2.326)	(2.230)	(2.889)	(2.773)
	<u>(3.517)</u>	<u>(3.314)</u>	<u>(7.902)</u>	<u>(4.678)</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Resultado				
Reembolso de despesas (b)				
creditados (debitados) na rubrica despesas operacionais - Administrativas pessoal e gerais				
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	-	470	(32)	470
Indaia Grande Energia S.A.	129	208	-	-
Indaiazinho Energia S.A.	80	112	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	45	144	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	45	120	-	-
Porto do Parnaíba Energia S.A.	66	201	-	-
Gargaú Energética S.A.	177	169	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	120	185	125	185
Sigma Energia S.A.	117	-	121	-
Testa Branca I Energia S.A	36	-	41	-
Testa Branca III Energia S.A	36	-	41	-
Porto do Delta Energia S.A.	53	-	60	-
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	51	(78)	-	-
Omega Energia e Implantação 1 S.A.	76	235	10	235
Omega Gestora de Recursos S.A	55	-	55	-
Omega Desenvolvimento S.A.	97	155	89	155
Delta 3 I Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 II Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 III Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 IV Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 V Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VI Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 3 VIII Energia S.A	37	-	39	-
Delta 4 Energia S.A.	40	-	42	-
	<u>1.519</u>	<u>1.921</u>	<u>864</u>	<u>1.045</u>

(a) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

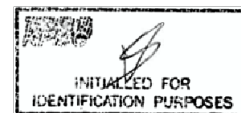
(b) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(c) Dividendos deliberados por subsidiárias, controladas e controladas em conjunto.

(d) Refere-se a debêntures privadas com vencimento em fevereiro de 2018 e com remuneração pela taxa DI divulgada pela CETIP.

A Companhia garante obrigações estabelecidas em:

- i) Contratos financeiros firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Delta dos Ventos, Porto do Parnaíba, Porto Salgado, Porto das Barcas, Gargaú e Pipoca;
- ii) Contrato financeiro firmado por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta;

Notas Explicativas

- iii) Fianças bancárias firmados por suas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Porto Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas;
- iv) Fiança bancária firmada por suas partes relacionadas Sigma Energia, Testa Branca I, Testa Branca III e Porto do Delta; e
- v) Debentures referentes ao empréstimo ponte firmado por sua parte relacionada Omega Energia & Implantação 1.

Remuneração do pessoal chave da administração para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

	31/03/17	31/03/16
Salário / Pró-Labore	282	260
Benefícios Diretos e Indiretos	10	60
Remuneração Variável	747	749
Total Remuneração	1.039	1.069

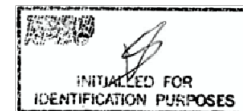
8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
PIS/COFINS	-	-	4.147	4.687
CSLL	-	-	1.341	1.354
IRRF	2.133	2.253	4.386	4.548
ICMS	-	-	2.411	2.568
Outros	-	-	-	-
	2.133	2.253	12.285	13.157
Circulante	2.133	2.253	10.945	8.920
Não Circulante	-	-	1.340	4.237

A rubrica PIS/COFINS compreende basicamente os créditos originados de aquisições de máquinas e equipamentos quando da implantação do parque eólico de Gargaú, bem como das retenções em fonte pelo faturamento da venda de energia de Gargaú à Eletrobrás.

A rubrica IRRF na controladora é formada basicamente por valores retidos de resgates efetuados em aplicações financeiras com instituições financeiras e, no consolidado, incluem impostos retidos na fonte por órgãos públicos no faturamento de energia.

A rubrica ICMS refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção das usinas das controladas Indaiá Grande e Indaiazinho.

Notas Explicativas**9 Caixa restrito**

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Aplicações financeiras	25.517	25.120

O saldo refere-se à aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos do BNDES descritos na nota explicativa nº 15, remunerados entre 97,57% e 100,17% do CDI em 31 de março de 2017 (entre 98% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2016). Estas aplicações somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

10 Ativo fiscal diferido

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda e Hure Holdings S.A., ocorrido em 30 de novembro de 2012.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.768	3.768
Amortização	(1.131)	(1.131)
Saldos em 31 de março de 2017	2.637	2.637

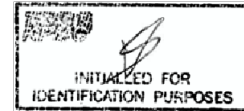
A amortização do ativo fiscal diferido é realizada, de acordo com a curva de rentabilidade futura, em 60 parcelas mensais, a ser finalizada em outubro de 2017.

11 Investimentos**Movimentação do investimento**

	Delta dos						Total
	Asteri	Ventos	Indaia Grande	Indaiazinho	OMC	Cargaú	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	74.212	89.179	77.064	45.546	529	3.179	289.709
Aumento (redução) de Capital	-	50	-	-	-	-	50
Resultado de equivalência patrimonial	2.779	2.033	3.500	2.133	2.426	-	12.871
Dividendos	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Amortizações	-	-	(15)	(3)	-	(49)	(67)
Saldos em 31 de março de 2017	76.991	91.262	80.549	47.676	1.955	3.130	301.563

Controladora

Conforme o ICPC 09, os direitos de exploração de autorização no montante de R\$17.981 em 31 de março de 2017 (R\$18.261 em 31 de dezembro de 2016) são classificados como investimentos na controladora e, no consolidado, como intangível.

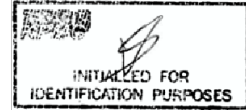
Notas Explicativas**Consolidado**

	PIPOCA		
	Custo	Direito de exploração	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	31.598	1.566	33.164
Amortização do direito de exploração	-	(27)	(27)
Resultado da equivalência patrimonial	2.237	-	2.237
Saldos em 31 de março de 2017	33.835	1.538	35.373

Pipoca - Informações contábeis

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/12/16</u>	<u>DRE período findo em</u>	<u>31/03/17</u>	<u>31/03/16</u>
Total do ativo	120.703	118.030	Receita operacional líquida	6.941	6.034
Circulante	20.047	16.684	Custos da operação e conservação	(1.425)	(1.546)
Não circulante	100.656	101.346	Despesas operacionais	(186)	(233)
Realizável a Longo Prazo	3.577	3.493	Resultado financeiro líquido	(536)	(1.005)
Permanente	97.079	97.853	Despesa de Imposto de renda e CSLL	(408)	(311)
Total do passivo	120.703	118.030	Lucro líquido do trimestre	4.386	2.939
Circulante	10.950	11.110			
Não circulante	43.409	44.962			
Patrimônio líquido	66.344	61.958			

Notas Explicativas



12 Imobilizado

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/03/17			31/12/16			31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	514.727	(96.560)	418.167	514.728	(90.565)	424.163
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	113.569	(11.145)	102.424	113.569	(10.550)	103.019
Edificações	-	-	-	-	-	-	50.063	(5.961)	44.102	50.064	(5.621)	44.443
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.412	-	12.412	12.411	-	12.411
Veículos	-	-	-	-	-	-	13	(9)	4	13	(9)	4
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	178	(86)	92	181	(80)	101
	-	-	-	-	-	-	690.962	(113.761)	577.201	690.966	(106.825)	584.141
Administração												
Máquinas e equipamentos	688	(508)	180	688	(488)	200	1.231	(818)	413	1.227	(784)	443
Móveis e utensílios	317	(190)	127	317	(182)	135	390	(225)	165	390	(216)	174
Veículos	-	-	-	-	-	-	34	(23)	11	34	(22)	12
Benefícios em bens de terceiros	426	(420)	6	426	(419)	7	426	(419)	7	426	(419)	7
	1.431	(1.118)	313	1.431	(1.089)	342	2.081	(1.485)	596	2.077	(1.441)	636
Total do imobilizado	1.431	(1.118)	313	1.431	(1.089)	342	693.043	(115.246)	577.797	693.043	(108.266)	584.777

Movimentação no exercício

	Controladora						Consolidado						
	Valor líquido 31/12/16		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido 31/03/17		Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor líquido 31/03/17
	31/12/16	31/03/17					31/12/16	31/03/17					
Imobilizado em serviço													
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	424.163	-	-	(5.998)	2	418.167	
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	103.019	-	-	(597)	2	102.424	
Edificações	-	-	-	-	-	-	44.443	-	-	(338)	(3)	44.102	
Terrenos	-	-	-	-	-	-	12.411	-	-	-	1	12.411	
Veículos	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4	
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	101	-	-	(4)	(5)	92	
	-	-	-	-	-	-	584.141	-	-	(6.937)	(3)	577.201	
Administração													
Máquinas e equipamentos	200	-	-	(20)	-	180	443	-	-	(33)	3	413	
Móveis e utensílios	135	-	-	(8)	-	127	174	-	-	(9)	-	165	
Veículos	-	-	-	-	-	-	12	-	-	(1)	-	11	
Benefícios em bens de terceiros	7	-	-	(1)	-	6	7	-	-	-	-	7	
	342	-	-	(29)	-	313	636	-	-	(43)	3	596	
Total do imobilizado	342	-	-	(29)	-	313	584.777	-	-	(6.980)	-	577.797	

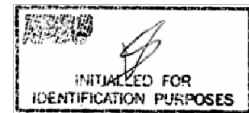
13 Intangível

Composição

	Controladora						Consolidado					
	31/03/17			31/12/16			31/03/17			31/12/16		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível												
Marcas e patentes	1	-	1	1	-	1	1	-	1	1	-	1
Licenças de software	1.179	(1.016)	163	1.179	(972)	207	1.291	(1.203)	88	1.291	(1.144)	147
ERP	964	(817)	147	964	(806)	158	1.762	(1.142)	620	1.762	(1.112)	650
Outros	66	(33)	33	66	(33)	33	138	(35)	103	106	(33)	73
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	23.033	(5.068)	17.965	23.033	(4.788)	18.245
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	624	(49)	575	624	(45)	579
	2.210	(1.866)	344	2.210	(1.811)	399	26.849	(7.497)	19.352	26.817	(7.122)	19.695

Movimentação do exercício

	Controladora						Consolidado						
	Valor líquido 31/12/16		Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor líquido 31/03/17		Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Valor líquido 31/03/17
	31/12/16	31/03/17					31/12/16	31/03/17					
Intangível													
Marcas e patentes	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1
Licenças de software	207	-	-	(44)	-	163	147	-	-	(59)	-	88	
ERP	158	-	-	(11)	-	147	650	-	-	(30)	-	620	
Outros	33	-	-	-	-	33	73	32	-	(2)	-	103	
Direitos de autorização e Carteira de clientes	-	-	-	-	-	-	18.245	-	-	(280)	-	17.965	
Sistema de Transmissão	-	-	-	-	-	-	579	-	-	(4)	-	575	
	399	-	-	(55)	-	344	19.695	32	-	(375)	-	19.352	

Notas Explicativas**14 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
Fornecedores de equipamentos	-	-	20.455	20.290
CCEAR Déficit	-	-	1.910	1.792
Compra de energia	-	-	14.490	10.760
Outros	104	175	4.752	6.573
	<u>104</u>	<u>175</u>	<u>41.607</u>	<u>39.415</u>
Circulante	104	175	29.470	27.478
Não Circulante	-	-	12.137	11.937

Parte do saldo do circulante e do não circulante em 31 de março de 2017, no valor de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.227 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente (em 31 de dezembro de 2015, R\$10.146 com vencimento em agosto de 2017 e de R\$10.144 com vencimento em agosto de 2019, respectivamente), é devido pelas controladas Porto do Parnaíba, Porto Salgado e Porto das Barcas (Complexo Delta) ao fornecedor Gamesa, relacionado aos aerogeradores e construção dos parques eólicos, com atualização pela variação do IPCA.

O saldo apresentado na rubrica CCEAR - Déficit, integralmente registrado no passivo não circulante, refere-se a ajustes de geração nos respectivos contratos, a serem liquidados financeiramente a partir de 2018.

15 Empréstimos e financiamentos

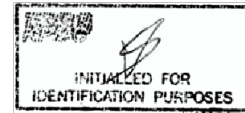
	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
Empréstimo - BNDES	312.280	319.122
Custo de captação	(2.675)	(2.815)
	<u>309.605</u>	<u>316.307</u>
Circulante	32.537	34.352
Não Circulante	277.068	281.955

Movimentação no exercício - Consolidado

	Principal	Encargos	Custo	
			Transação	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	317.922	1.200	(2.815)	316.307
Amortização BNDES	(7.808)	-	-	(7.808)
Amortização - Custo Transação BNDES	-	-	141	141
Encargos financeiros pagos	-	(5.729)	-	(5.729)
Encargos financeiros provisionados	-	6.694	-	6.694
Capitalização de Juros	991	(991)	-	-
SalDOS em 31 de março de 2017	<u>311.105</u>	<u>1.174</u>	<u>(2.674)</u>	<u>309.605</u>

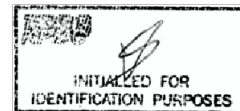
Refere-se aos financiamentos obtidos junto ao BNDES pelas controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, Gargau, PBE, PPE e PSE, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



Controlada	Instituição financeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Período de pagamento		Forma de pagamento	Finalidade	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Saldo da dívida	
					Início	Fim					31/03/17	31/12/16
Indaíá Grande	BNDES	72.523	junho de 2012	71.972	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,71%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	47.360	49.196
Indaiazinho	BNDES	50.997	junho de 2012	50.547	janeiro de 2013	junho de 2023	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,51%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	33.232	34.520
Gargal	BNDES	79.513	outubro de 2010	69.881	junho de 2011	maio de 2027	mensal	Financiamento da Usina	Subcrédito A TJLP + 2,34% a.a. Subcrédito B TJLP + 5,5% a.a.	N/A	46.101	47.256
Porto das Barcas	BNDES	62.280	dezembro de 2013	60.228	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	54.855	55.171
Porto do Parnaíba	BNDES	91.287	dezembro de 2013	90.699	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	81.742	83.148
Porto Salgado	BNDES	54.615	dezembro de 2013	54.411	novembro de 2014	outubro de 2030	mensal	Financiamento da Usina	TJLP + 2,18%	Fiança Bancária para completion financeiro e Conta reserva do serviço da dívida	48.989	49.831
											312.279	319.122

Notas Explicativas



15.1 Cronograma de pagamento

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2017	23.612	41.916
2018	31.384	53.743
2019	31.384	51.005
2020 a 2022	93.170	136.920
2023 a 2025	60.518	84.744
2026 a 2028	47.166	58.614
2029 a 2030	25.046	26.965
	<u>312.280</u>	<u>453.907</u>

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados, considerando projeções da TJLP.

15.2 Garantias

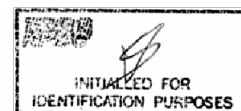
As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas Reservas (conforme descrito na nota explicativa nº 9), cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados na nota de imobilizado, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

15.3 Covenants Financeiros

As controladas Gargaú, Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), verificados anualmente relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todos esses índices foram atendidos no último exercício social.

Com a finalidade de eliminar a contratação de fianças bancárias como parte das garantias requeridas pelos contratos de financiamento, as controladas Indaiá Grande, Indaiazinho, PPE, PBE e PSE apresentaram pleito ao BNDES no qual, uma das condições exigidas, é o atendimento dos limites definidos contratualmente para o ICP e ICSD nos últimos doze meses à data-base do pleito, qual seja 30 de junho de 2016, o qual permanece em análise pelo BNDES. Apresentamos a seguir os índices para o exercício de 2017 projetados em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas



Controlada	ICP		ICSD	
	Exigido	Obtido	Exigido	Obtido
IDG	≥ 25%	≥ 58%	≥ 1,30	≥ 1,8
IDZ	≥ 25%	≥ 55%	≥ 1,30	≥ 1,78
PSE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,7
PPE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,61
PBE	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 1,6
Gargaú	n.a.	n.a.	≥ 1,30	≥ 3,15

15.4 Cartas de fiança bancária

As controladas da Companhia mantêm em conjunto R\$329.735 (R\$329.113 em 31 de dezembro de 2016) de fianças, com vencimentos entre junho de 2017 e novembro de 2018, com o objetivo de garantia de financiamentos junto ao BNDES.

16 Obrigações trabalhistas e tributárias

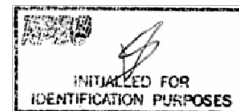
	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
Salários e ordenados	401	317	454	384
Provisões trabalhistas	2.306	2.605	2.965	2.968
Impostos a pagar	68	63	1.006	772
Tributos retidos sobre terceiros	7	5	109	108
	<u>2.782</u>	<u>2.990</u>	<u>4.534</u>	<u>4.232</u>

17 Provisões diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16
OMC	-	-	13.248	15.079
Provisão - valor retido de fornecedor	-	-	8.771	8.771
Outras	48	73	1.334	1.319
	<u>48</u>	<u>73</u>	<u>23.353</u>	<u>25.169</u>

- A rubrica OMC, referente a controlada Omega Comercializadora, corresponde à compras de energia não faturadas pelos fornecedores até a data do balanço.
- A rubrica Provisão - valor retido de fornecedor corresponde ao montante líquido provisionado nas controladas Indaiá Grande e Indaiazinho, no âmbito do mencionado na nota explicativa nº 30.
- A rubrica Provisão GSF, como consequência da crise hídrica vivenciada no Brasil desde 2014, as usinas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) sofreram, notadamente no ano de 2015, com o baixo percentual de GSF (Generation Scalator Factor) que, naquele ano, reduziu a energia disponível para venda em aproximadamente 20% para essas usinas.

Notas Explicativas



As controladas Indaiá Grande e Indaiazinho ingressaram com ação judicial questionando o alto valor da GSF, pleiteando a limitação da mesma a 5%. Em agosto de 2015, foi emitida decisão judicial liminar determinando que a ANEEL e a CCEE, até o julgamento da ação anteriormente descrita, procedam com a limitação do Fator GSF a 5% para as requerentes.

O montante relativo ao GSF não aplicado originado integralmente no ano de 2015, enquanto as Companhias eram participante do MRE, com amparo na mencionada liminar, foi provisionado e alcançou o montante de R\$2.568.

Em 15 de julho de 2016, houve a queda da liminar referente ao GSF, o que resultou na necessidade do pagamento dos valores suspensos no montante provisionado. Esses valores foram considerados pela CCEE apenas no cálculo da contabilização de junho de 2016, com pagamento em 8 de agosto de 2016. A liminar foi reestabelecida em 10 de agosto de 2016, e os valores pagos ainda não foram devolvidos pela CCEE.

18 Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
	31/03/17	31/12/16
<u>Saldo no Balanço Patrimonial</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL (a)	10.117	9.951
Base Depreciação incentivada (b)	(19.200)	(18.493)
Passivo Fiscal diferido, líquido	<u>(9.083)</u>	<u>(8.542)</u>

	Consolidado	
	31/03/17	31/03/16
<u>Movimentação no período</u>		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	166	108
Base Depreciação incentivada (b)	(707)	(709)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(541)</u>	<u>(601)</u>

(a) Ativo fiscal diferido registrado na controlada Gargaú decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(b) Passivo fiscal diferido na controlada Gargaú constituído pela diferença entre os valores de depreciação dos bens do ativo imobilizado apurados pelas taxas de depreciação definidas pela Aneel e as taxas de depreciação aceitas pela Receita Federal do Brasil - RFB, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante da diferença a maior apurado pelas taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB é excluído do lucro líquido para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

Em 31 de março de 2017 a Companhia e as controladoras Delta dos Ventos e Asteri apresentavam saldos acumulados de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social em valores iguais de R\$101.920, R\$225 e R\$2.145, respectivamente (R\$97.944, R\$223 e R\$1.922,

Notas Explicativas



respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de sua expectativa de realização não ser considerada provável.

19 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$265.296, representados por 312.610.024 ações ordinárias.

Acionistas		31/03/17		31/12/16	
		Ações ON (mil)	%	Ações ON (mil)	%
BJJ Income Fundo de Investimento em Participações	- Tarpon	192.032	61,43%	192.032	61,43%
WP Income Fundo de Investimento em Participações	- Warburg Pincus	117.749	37,67%	117.749	37,67%
Administradores	- Diretoria	2.829	0,90%	2.829	0,90%
		<u>312.610</u>	<u>100%</u>	<u>312.610</u>	<u>100%</u>

Distribuição dos lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; e (ii) do saldo do lucro líquido restante e, conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

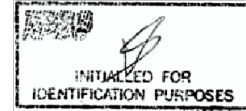
A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendos não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia.

Relativamente à controlada Asteri, conforme previsto em seu Acordo de Acionistas, possui dividendos prioritários. Esses dividendos são distribuídos aos acionistas preferenciais, no mínimo anualmente. Para que esses dividendos sejam distribuídos é necessário que Asteri apresente, no final do exercício, saldo de caixa e equivalente de caixa superior ao seu passivo circulante e orçamento para investimentos, respeitando um valor máximo anual de R\$ 7,75 por ação mais a variação do IPCA, mesmo que não tenha apurado lucro e, nesses casos, a distribuição é realizada por meio da reserva de capital. Após a definição dos dividendos prioritários, é avaliada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, ajustado a forma legal, caso os montantes distribuídos como dividendos prioritários ultrapasse 25% do lucro, não há obrigatoriedade na distribuição do mínimo. Caso o montante fique abaixo de 25% do lucro, é realizado um complemento a distribuição. Os respectivos valores ficarão a disposição dos acionistas a partir de 30 dias após a Assembleia Geral que deliberar sobre a matéria e, caso não reclamados no prazo máximo de 3 anos serão revertidos para a Asteri.

Reserva de custo com captação de recursos

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais da Companhia, no montante R\$2.354.

Notas Explicativas***Reserva de Ágio - Instrução CVM 319***

Proveniente do processo de incorporação reversa das anteriores investidoras Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda. E Hure Holding S.A., ocorrido em 30 novembro de 2012, conforme descrito na nota explicativa nº 11. A Companhia não utilizou o benefício fiscal no período de três meses findo em 31 de março de 2016 e 2017, pois apurou prejuízo fiscal em ambos períodos. Por isso, não foi possível capitalizar essa reserva.

Ágio na subscrição de ações

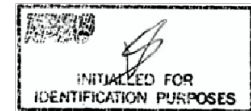
Reserva referente ao ágio apurado na aquisição de participações societárias.

Opções e ações outorgadas reconhecidas

Constituição de reserva no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

20 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	31/03/17		31/03/16	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas	66.760	353.930	33.933	195.163
Vendas Proinfra	9.436	21.126	7.323	18.403
CCEAR	502	4.106	8.379	71.668
Vendas Mercado Livre	54.256	328.698	17.410	105.092
CCEE	2.566		821	
Impostos	(4.873)		(2.107)	
	61.887		31.826	

Notas Explicativas**21 Custos da operação e conservação**

	Consolidado	
	31/03/17	31/03/16
Compra Energia	(26.342)	(5.054)
Depreciação usina	(6.940)	(6.940)
O&M	(2.268)	(3.856)
Pis e Cofins a compensar	2.403	589
Outros	(2.222)	(242)
	<u>(35.369)</u>	<u>(15.503)</u>

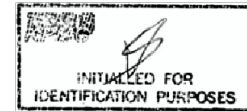
A rubrica Compra Energia refere-se a energia adquirida de terceiros e de partes relacionadas, sendo 168 GWh no período de três meses findo em 31 de março de 2017 e 22 GWh no período de três meses findo em 31 de março de 2016.

Relativamente apenas à OMC, houve a aquisição de energia de terceiros e de partes relacionadas no mesmo período de 2016, no montante de 171 GWh (33 GWh em 2016), para atendimento aos seus contratos de venda.

22 Despesas administrativas, pessoal e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	(352)	(166)	(1.269)	(1.346)
Depreciação e Amortização	(151)	(153)	(444)	(445)
Outras	(299)	(38)	(725)	(529)
	<u>(802)</u>	<u>(357)</u>	<u>(2.438)</u>	<u>(2.320)</u>

A rubrica Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas no consolidado em 31 de março de 2017 está apresentada líquida de valores reembolsáveis de partes relacionadas, no montante de R\$1.519 e R\$864 nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente (R\$1.921 e R\$1.045 em 31 de março de 2016 nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, respectivamente).

Notas Explicativas**23 Receitas (despesas) financeiras líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/17	31/12/16	31/03/16	31/03/16
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/ aplicações financeiras	15	64	1.526	1.434
Outras receitas	22	71	169	157
Pis e Cofins sobre receita financeira	(2)	(6)	(43)	(43)
	<u>35</u>	<u>129</u>	<u>1.652</u>	<u>1.548</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/ empréstimos	-	-	(6.695)	(8.117)
IOF	(1)	-	(30)	-
Comissão sobre Fiança	-	-	(2.488)	(1.461)
Assessoria financeira	-	-	(140)	(159)
Outras despesas	(21)	(175)	(386)	(809)
	<u>(22)</u>	<u>(175)</u>	<u>(9.739)</u>	<u>(10.546)</u>
	<u>13</u>	<u>(46)</u>	<u>(8.087)</u>	<u>(8.998)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação da alíquota efetiva:

	31/03/17	31/03/17
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18.109	6.561
Alíquota corrente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(6.157)	(2.230)
Adições de natureza permanente - despesas indedutíveis	(1)	-
Exclusão de natureza permanente - ágio amortizado	709	709
Equivalência patrimonial	761	510
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	2.519	(217)
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de	(1.598)	(1.493)
Outros	556	887
	<u>(3.211)</u>	<u>(1.834)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>17,7%</u>	<u>28,0%</u>

Notas Explicativas



25 Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016.

	Controladora / Consolidado	
	31/03/17	31/03/16
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.118	3.154
Denominador		
Média ponderada do número de ação - milhares	312.610	312.610
Lucro (prejuízo) por ação básico (Reais)	<u>0,0387665</u>	<u>0,0100924</u>
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.118	3.154
Denominador		
Média ponderada do número de ação, ajustada pelas opções de ações - milhares	322.582	322.582
Lucro (prejuízo) por ação diluído (Reais)	<u>0,0375681</u>	<u>0,0097804</u>

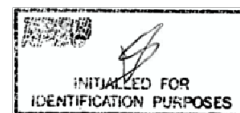
Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias. Para cálculo do denominador utilizado para fins de cálculo do lucro por ação diluído, a Companhia utilizou o plano de opções de compra de ações no total de ações de 9.972 mil em 31 de março de 2017 e 2016.

26 Cobertura de seguros

O Grupo Omega mantém seguros com as coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2016 para a Companhia e suas controladas referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 19 milhões, vigente durante o período de 18/09/2016 até 18/09/2017 e o prêmio anual é de R\$ 21 mil.
- Omega Geração S.A. - A cobertura é de R\$ 3 milhões, vigente durante o período de 22/06/2016 até 22/06/2017 e o prêmio anual é de R\$ 1 mil.
- Indaiá Grande S.A. - A cobertura é de R\$ 174 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 88 mil.
- Indaiázinho S.A. - A cobertura é de R\$ 109 milhões, vigente durante o período de 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 64 mil.
- Gargaú Energética S.A. - A cobertura é de R\$ 198 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 114 mil.

Notas Explicativas



- Porto das Barcas Energia S.A. - A cobertura é de R\$104 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.
- Porto do Parnaíba Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 150 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 89 mil.
- Porto Salgado Energia S.A. - A cobertura é de R\$ 105 milhões, vigente durante o período 28/10/2016 até 28/10/2017 e o prêmio anual é de R\$ 59 mil.

27 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O Grupo detinha Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O Grupo detém contas a receber com clientes, os quais são liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	Nota	Consolidado	
		31/03/17	31/03/16
Caixas e equivalentes	6	47.556	38.188
Clientes	7	49.227	48.086
Caixa restrito	10	25.517	25.120
		<u>122.300</u>	<u>111.394</u>

Notas Explicativas



Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

O risco de mercado referente à juros está apresentado em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos de taxa de juros atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação da TJLP, indexador dos financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia e subsidiárias estão expostas, na data de 31 de março de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para os próximos doze meses a partir de 31 de março de 2017, com taxa de 7,5% e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para os próximos doze meses. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

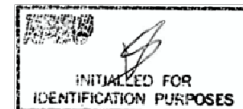
Exposição em	Consolidado				
	31/03/2017	Risco	Cenário provável	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	47.361	variação da TJLP	4.689	5.540	6.391
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	33.232	variação da TJLP	3.219	3.815	4.411
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	46.101	variação da TJLP	4.381	5.207	6.033
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - BARCAS	54.855	variação da TJLP	5.119	6.100	7.081
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - SALGADO	48.989	variação da TJLP	4.572	5.448	6.324
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - PARNAIBA	81.742	variação da TJLP	7.629	9.090	10.552
Total	312.280		29.609	35.200	40.792

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os financiamentos com o BNDES e seus vencimentos contratuais demonstrados na nota explicativa nº 16.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

Notas Explicativas



O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis, junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo pode utilizar instrumento de debêntures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com o intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. No período de três findo em 31 de março de 2017 e no exercício de 2016 a Companhia não realizou essa operação.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas tem sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.3.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

	Valor Contábil		Categoria
	31/03/17	31/12/16	
Caixas e equivalentes	47.556	38.188	A
Caixa restrito	25.517	25.120	B
Clientes	49.227	48.086	C
Financiamentos	309.605	316.307	D
Fornecedores	41.607	39.415	D

A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado

B - Mantidos até o vencimento

C - Empréstimos e recebíveis

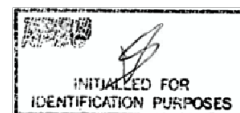
D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois os seus valores contábeis são razoavelmente próximos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e subsidiárias detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes no consolidado a Depósitos bancários no montante de R\$8.669 em 31 de março de 2017 (R\$7.412 em 31 de dezembro de 2016) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondente no consolidado a Aplicações financeiras de liquidez imediata no valor de R\$38.887 em 31 de março de 2017 (R\$30.776 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas



28 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas e que ainda não foram exercidas:

<u>Programa</u>	<u>Outorgado</u>	<u>Strike (R\$/ação)</u>	<u>Outorga</u>	<u>Vesting</u>
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015
	<u>9.971.955</u>			

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo com base na fórmula de *Black-Scholes* considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

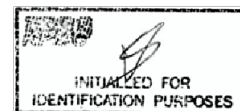
O exercício das opções, ainda não ocorrido e o objeto do plano, está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia. Como não houve novas outorgas de opções desde então, nenhuma despesa foi reconhecida no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2017 e no exercício de 2016.

29 Compromissos

Os empreendimentos tem como obrigação a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Omega Comercializadora mantém contratos de compra de energia, com vigência até o ano de 2022, nos montantes médios anuais de 25,75 MWm em 2017 e 5,25 MW entre 2018 e 2022.

Notas Explicativas



Arrendamentos mercantis operacionais

O Grupo participa de transações de arrendamento mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Os arrendamentos de terrenos foram firmados há longa data e o Grupo determinou que o arrendamento é operacional. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

No período de três meses findo em 31 de março de 2017 o montante de R\$364 (R\$301 no período de três meses findo em 31 de março de 2016) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

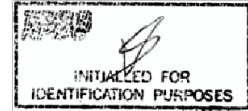
Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/03/17
Até 31/12/2017	1.643
Entre 2018 e 2021	6.035
Após 2021	31.391
	<u>39.069</u>

30 Passivos judiciais

Está em curso uma arbitragem sigilosa em que as controladas Indaiá Grande Energia S.A. e Indaiazinho Energia S.A. são parte contra um fornecedor. A discussão refere-se à confirmação de multas por elas aplicadas ao fornecedor, no montante estimado atualizado de R\$18.065 em virtude de atrasos em fornecimentos que lhes geraram prejuízos. Por outro lado, o fornecedor pleiteia o montante estimado atualizado de R\$37.237, relativo a fornecimentos realizados no âmbito do contrato, cujos pagamentos estão retidos durante o curso da arbitragem, acrescido de valores relativos a supostos fornecimentos adicionais não integrantes dos contratos e não reconhecido pelas controladas. A administração da Companhia classifica a chance de êxito do seu pleito como possível, não havendo qualquer reconhecimento de ativo no balanço patrimonial e, para o pleito do fornecedor, avalia a chance de perda como remota o valor de R\$20.897 e como possível R\$16.340.

Notas Explicativas



31 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja o Conselho de Administração da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégicas.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

32 Eventos subsequentes

Em 1º de abril de 2017, foi negociada com a parte relacionada Kalista Energia S.A. a venda de 49% do capital social detido na controlada Omega Comercializadora de Energia Ltda. O preço de aquisição foi definido com base no patrimônio líquido na data de 31 de março de 2017, no valor de R\$1.955, com liquidação financeira a ocorrer em até dois anos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Omega Geração S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Omega Geração S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017

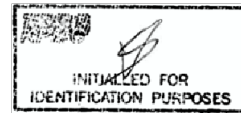
KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior

Contador CRC 1SP178871/O-4





Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Omega Geração S.A, declara que:

Reviram, discutiram e concordam com as Opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia do período findo em 31 de março de 2017.

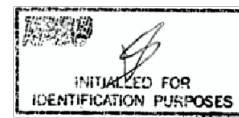
São Paulo, 08 de maio de 2017

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho

Diretor Presidente

Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Diretor Financeiro



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Omega Geração S.A, declara que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia do período findo em 31 de março de 2017; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia do período findo em 31 de março de 2017.

São Paulo 08 de maio de 2017.

Antonio Augusto de Torres Bastos Filho

Diretor Presidente

Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Diretor Financeiro